



16/12/2021

Número: **0801776-55.2021.8.15.0201**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Ingá**

Última distribuição : **03/12/2021**

Valor da causa: **R\$ 100.000,00**

Assuntos: **Adicional de Sexta-Parte**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ITATUBA CAMARA MUNICIPAL (IMPETRANTE)		SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE ITATUBA (IMPETRADO)			
Josmar Lacerda Martins (IMPETRADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
52730944	15/12/2021 16:10	Decisão	Decisão



Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Ingá

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) 0801776-55.2021.8.15.0201

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de mandado de segurança impetrado pela Câmara Municipal de Itatuba, representado pelo Presidente da casa legislativa, em face do Prefeito Constitucional do respectivo Município, tido como autoridade coatora, ambos qualificados nos autos

Em suma, aduz que o duodécimo do Legislativo mirim não está sendo repassado em sua integralidade, uma vez que o Poder Executivo exclui da base de cálculo as receitas próprias repassadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, razão pela qual pugna, em sede de tutela antecipada, a inclusão das sobreditas verbas na base de cálculo do duodécimo.

É o breve relatório. Decido.

Inicialmente, forçoso reconhecer que a Câmara Municipal integra o conceito de Fazenda Pública (Precedente¹) e, portanto, faz *jus* à isenção prevista no art. 29 da Lei Estadual nº 5.672/92.

1. Da legitimidade ativa e passiva *ad causam*

Nos termos da Súmula nº 525 do e. STJ, “*A Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais*”.

No caso, a Câmara de Vereadores, órgão representativo do Poder Legislativo Municipal, constitui seguimento constitucional autônomo, a quem o Poder Executivo deve, obrigatoriamente, efetuar o repasse integral da sua dotação orçamentária, até o dia 20 de cada mês, a fim de que possa ela exercer com plenitude as suas funções constitucionais, sob pena de cometer crime de responsabilidade (arts. 29-A, § 2º, inc. II e 168, CF/88²).

Inclusive, esta e. Corte, através da Súmula nº 22, assentou que “*É obrigação Constitucional do prefeito, transferir, até o dia 20 de cada mês, de forma integral, o duodécimo a que faz jus a Câmara de Vereadores, independentemente do fluxo de arrecadação tributária do município ou quaisquer créditos oriundos de outras fontes*”.

Dúvida não há, portanto, que o não repasse, o repasse a destempo ou a menor do duodécimo afronta os direitos institucionais da Câmara Municipal, legitimando-a a buscar no Poder Judiciário a regularização do repasse em face do chefe do Poder Executivo, parte legítima para compro o polo passivo, pois responsável legal por efetuar os repasses dos duodécimos em favor daquele órgão.

Não olvidemos que possui legitimidade passiva a autoridade de quem emana o ato impugnado ou, quando este não puder ser identificado, a autoridade máxima da administração, com poderes de corrigir ou desfazer o ato que em tese, violou direito líquido e certo, nos termos da jurisprudência do c. STJ³ e dos arts. 2º, 6º, *caput*, e 7º, inc. II, todos da Lei nº 12.016/2009.

Por todos:

“REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - LEGITIMIDADE DA CÂMARA PARA COMPOR A LIDE - PREFEITO MUNICIPAL QUE NÃO EFETUA REPASSE DO DUODÉCIMO - SENTENÇA CONFIRMADA EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO. A negativa do repasse, ou o repasse em valores insuficientes, das verbas devidas à Câmara Municipal, afigura-se como fato impeditivo do normal funcionamento daquele órgão legislativo, constituindo ato ilegal e abusivo do Executivo, desrespeitando-se assim, o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, consagrado no art. 2º, da Constituição Federal.” (TJPR - 4ª C.Cível - RN - 614616-9 - Matinhos - Rel.ª Des.ª Regina Afonso Portes - Unânime - J. 15.12.2009).

“Em sendo o Prefeito Municipal o responsável legal por efetuar os repasses dos duodécimos em favor da Câmara de Vereadores, atribuição irrenunciável, que não pode ser transferida ante ao fato de não comportar delegação, figura como parte legítima para compor o polo passivo da demanda.” (TJGO - AC 02493566920108090109, Rel.ª Dr.ª ELIZABETH MARIA DA SILVA, 4ª Câmara Cível, J. 29/09/2011, DJ 29/11/2011).

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - REPASSE DE DUODÉCIMO - LEGITIMIDADE - CÂMARA MUNICIPAL. Os vereadores somente detêm legitimidade para impetrar mandado de segurança em defesa do exercício de suas atribuições e/ou prerrogativas, no exercício de sua atividade individual perante o Poder Legislativo Municipal. Cabe à Câmara Municipal, representada por seu Presidente, a legitimidade para propor Mandado de Segurança contra ato do Prefeito Municipal que deixou de repassar a cota duodecimal.” (TJMG - AI 107750700913320011 MG, Rel.ª TERESA CRISTINA DA CUNHA PEIXOTO, J. 26/07/2007, DJ 25/10/2007).

2. Da adequação do *writ*

Direito líquido e certo é o que resulta de fato certo, concludente, inconcusso, que não desperte dúvidas, isento de obscuridade, que não reclame produção ou cotejo de provas. Inteligência do art. 1º da Lei nº 12.016/09.

Na hipótese, o Poder Executivo deve, obrigatoriamente, efetuar o repasse integral do duodécimo à Câmara de Vereadores, até o dia 20 de cada mês, a fim de que possa exercer com

plenitude as suas funções constitucionais, sob pena de crime de responsabilidade (arts. 29-A, § 2º, inc. II e 168, CF/88).

Destarte, o descumprimento de mandamento constitucional caracteriza ato abusivo por parte do impetrado, apto a configurar violação de direito líquido e certo, protegido por mandado de segurança, senão vejamos:

““A Câmara de Vereadores tem direito líquido e certo de exigir do Executivo municipal o repasse tempestivo e integral do duodécimo mensal (art. 168 da CF), segundo a base de cálculo do art. 29-A da CF. [...] (ACMS n. 2007.008612-8, Des. Newton Janke)” (RN em MS n. 2012.017572-0, de Jaguaruna, rel. Des. Newton Trisotto, j. 31-7-2012). [...] (TJSC - AI 4001680-16.2017.8.24.0000 Armazém, Rel. Sérgio Roberto Baasch Luz, 2ª Câmara de Direito Público, J. 07/11/2017).

“A irregularidade no repasse dos duodécimos orçamentários a Câmara Municipal inquina de ilegalidade a conduta do Prefeito Municipal, desafiando o mandado de segurança como via adequada. III. Com supedâneo no artigo 168 da Constituição Federal, o Poder Legislativo Municipal tem direito líquido e certo ao recebimento integral dos duodécimos referentes às dotações orçamentárias que lhe são reservadas, até o dia 20 do mês respectivo.” (TJGO - AC 03513185620168090132, Rel.ª AMÉLIA MARTINS DE ARAÚJO, 1ª Câmara Cível, J. 13/06/2018, DJ 13/06/2018).

Registre-se que o pedido articulado no presente *mandamus* não diz respeito à cobrança de valores, o que seria vedado na esfera deste remédio constitucional, mas busca a efetivação de um direito líquido e certo de cunho constitucional do qual decorre, de forma lógica, o recebimento de verbas.

Na hipótese, os efeitos patrimoniais são mera consequência do eventual reconhecimento da ilegalidade do ato praticado pela autoridade impetrada.

Em resumo, a irregularidade de repasse dos duodécimos orçamentários a Câmara Municipal inquina de ilegalidade a conduta do Prefeito Municipal, desafiando o mandado de segurança como via adequada.

3. Da tutela antecipada

A tutela antecipada de urgência, nos termos do art. 300 do CPC, tem cabimento diante da existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

A matéria em debate cinge-se à delimitação da inclusão de verbas municipais próprias repassadas ao FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) na base de cálculo do duodécimo devido ao legislativo municipal.

Sobre a questão, as duas turmas do e. STF⁴ assentaram que a repasse próprio ao FUNDEB deve compor a base de cálculo do duodécimo devido ao Legislativo municipal, na forma do art. 29-A da CF/88, senão vejamos:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. DUODÉCIMO. BASE DE CÁLCULO. FUNDEB. RECURSOS MUNICIPAIS PRÓPRIOS. TRANSFERÊNCIAS. ARTIGO 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO PARA, REFORMANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO, DENEGAR A SEGURANÇA” (RE 985.499-MG, Rel. Min. LUIZ FUX, T1, DJe 01/09/2020).

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. REPASSE DUODECIMAL O PODER LEGISLATIVO. INCLUSÃO DAS VERBAS RELATIVAS AO FUNDEB NA BASE DE CÁLCULO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – As verbas municipais repassadas ao Fundeb integram a base de cálculo do duodécimo devido ao Legislativo municipal, consoante dispõe o art. 29-A da Constituição. Precedente. II - Agravo regimental a que se nega provimento.” (RE 1.285.471-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, T2, DJe 11/03/2021).

“DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. REPASSE DE DUODÉCIMOS AO LEGISLATIVO MUNICIPAL. CÁLCULO DA PARCELA. INCLUSÃO DO FUNDEB. OBSERVÂNCIA DO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRECEDENTES. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.” (RE 1.331.847-MG, Rel.^a ROSA WEBER, DJ 29/07/2021, J. 26/07/2021).

O ingresso definitivo de recursos no Erário constitui as denominadas receitas públicas, estejam na forma de receitas tributárias ou transferências⁵. Conceito, ademais, adotado no art. 6º da Lei nº 4.320/1964⁶.

A partir desta perspectiva, o art. 29-A da CF/88 estabelece que a composição da base de cálculo para delimitação do duodécimo referente ao total de despesas do Poder Legislativo municipal é o somatório das receitas tributárias municipais, provenientes de IPTU, ISSM ITBI, contribuições de melhoria, taxas, IR sobre ganhos de servidores municipais, e das receitas oriundas das transferências constitucionais das cotas partes municipais do IOF-ouro, ITR, IPVA, ICMS, IPI-exp e FPM (arts. 153, § 5º, 158 e 159, CF/88).

Destaque-se que se tratam de recursos próprios que ingressaram no tesouro municipal, seja diretamente, ou por meio de transferências constitucionalmente estabelecidas.

Os Municípios, no entanto, devem transferir receitas próprias ao FUNDEB, proporcionalmente, no percentual de 20% dos recursos originados dos impostos previstos nos arts. 158, incs. II, III e IV, e 159, incs. I, ‘a’ e ‘b’, e II, da CF/88, em observância ao comando do art. 212-A, incs. I e II, *in verbis*:

“Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do

Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas "a" e "b" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição,"

Assim, há que se concluir que as parcelas previstas no art. 212-A, inc. II, da CF/88 não foram, em momento algum, excluídas do montante definido no art. 29-A, da Carta Magna, como base de cálculo do teto de gastos do legislativo municipal.

O atraso no repasse ou o repasse a menor do duodécimo e a proximidade da data limite para a transferência transparecem o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, pois compromete, sobremaneira, o próprio funcionamento do Parlamento que necessita de seu numerário para custear as despesas correntes e permanentes de materiais de expediente, fornecedores de água, luz, telefone etc., além de causar grande dissabor aos próprios vereadores e respectivos servidores que se veem privados de seus subsídios e salários, de maneira que o orçamento da Câmara Municipal assume, em última análise, caráter alimentar, por remunerar os vereadores e servidores.

Por ter o duodécimo não somente a função de garantir o funcionamento do Parlamento, mas também feição alimentar (subsídio de Vereadores e salários de servidores), arreda-se a vedação descabida da Lei nº 12.016/2009 (Nova Lei do Mandado de Segurança), que, por sinal, retira a independência do julgador, ao limitar as hipóteses de concessão de liminar contra o Poder Público, em hipóteses semelhantes.

ISTO POSTO, em análise preliminar, **DEFIRO a tutela de urgência**, diante da evidência do direito e do risco de resultado útil ao processo (art. 300, CPC) e, via de consequência, **determino** a inclusão das verbas municipais repassadas ao FUNDEB na base de cálculo do repasse dos duodécimos devidos à Câmara Municipal de Itatuba, à razão de 7% (arts. 29-A, inc. II, CF/88), a partir do próximo repasse, sob pena de **multa diária** no valor de R\$ 1.000,00, em caso de descumprimento, limitado ao montante de R\$ 50.000,00, e demais cominações legais.

Notifique-se o impetrado para, querendo e no prazo de 10 dias, prestar as suas informações (art. 7º, inc. I, LMS).

Cientifique-se o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, no caso a Procuradoria do Município, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, inc. II, LMS).

Escoados os prazos, com ou sem manifestação, **dê-se vista** dos autos ao *Parquet*, pelo prazo de 10 dias (art. 12, *caput*, LMS).

P. I. e cumpra-se com urgência.

Ingá-PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito

[1](#)“**PROCESSUAL CIVIL - PRAZO EM DOBRO PARA RECURSO - ART. 188 DO CPC - FAZENDA PÚBLICA - CONCEITO - ABRANGÊNCIA - CÂMARA MUNICIPAL - DIREITO À PRERROGATIVA.** 1. Desde que legitimada para estar em juízo, a Câmara Municipal goza da prerrogativa prevista no art. 188 do CPC, que confere à Fazenda Pública o prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer. 2. Recurso especial provido.” (STJ - REsp: 596007 RJ 2003/0169223-6, Relatora Min. ELIANA CALMON, J. 14/09/2004, T2, DJ 25.10.2004, p. 302).

[2](#)“Art. 29-A. (...).

§ 2 Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

(...).

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês’.

“Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º”.

[3](#)“Para efeito de definição da legitimidade passiva ad causam no mandado de segurança, autoridade coatora é aquele que pratica o ato vergastado e que detém, por isso mesmo, capacidade para seu desfazimento” (STJ - AgRg no RMS 39.566/SC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, T2, DJe 4.12.2013).

[4](#)Outros julgados neste sentido: **RE 1.311.497-MG**, Rel.^a Min.^a CÁRMEN LÚCIA; **EMB. DECL. NO RE 985.499-MG**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI; **RE 1.298.634-MG**, Rel. Min. NUNES MARQUES.

[5](#)OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 99-100.

[6](#)“Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 1º As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.

§ 2º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o cálculo das cotas terá por base os dados apurados no balanço do exercício anterior aquele em que se elaborar a proposta orçamentária do governo obrigado a transferência.”

**Guia de Receita Extra-Orçamentária Nº 000000391**

Data: 20/12/2021

Anexo: 0

Valor:

36.090,92

Tipo de Conta: 15-Transferências Financeiras-Contas Interferenciais

Nome da Conta: 00003

TRANSFERÊNCIAS DUODECIMAIS DA PREFEITURA

Fonte de Recursos: 01001

Exercício Corrente - Recursos Ordinários

Transf. Financeira: 0-Duodécimo

Unidade Gestora Devedora: Prefeitura Municipal de Itatuba

Conta Bancária: 1

5483 5 BANCO DO BRASIL S/A

Endereço: R PROF JOSE SILVERIO, SN

Ordem de Pagto nº:

Devedor: MUNICIPIO DE ITATUBA

CPF/CNPJ: 08.865.628/0001-61

Insc. Mun:

Insc. Estadual:

Ident.:

Operação:

Bairro: Centro

Cidade: ITATUBA-PB

CEP: 58.378-000

Fone:

Fax:

Cód.Banco:

Agência:

-

C/C:

-

Histórico:

VALOR REFERENTE AO REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATUBA CORRESPONDENTE AO DUODECIMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE INGÁ, RELATIVO AO PROCESSO Nº 0801776-55.2021.8.150201, CORRESPONDENTE A TRANSFERENCIA DE RECEITAS PRÓPRIAS AO FUNDEB, PROPORCIONAMENTE (2020), NO PERCENTUAL DE 20% DOS RECURSOS ORIGINADOS DOS IMPOSTOS PREVISTOS NOS ARTS. 158, INCS. II, III E IV, E 159, INCS. I, 'a' e 'b', e II, da CF/88, EM OBSERVÂNCIA AO COMANDO DO ART. 212-A, insc. I E II.

Tesouraria

Saldo Ant.

Valor

Saldo Atual

36.090,92

36.090,92

36.090,92

Ordenador da Despesa - Presidente

Diretor de Depto

Emitido por:

AECIO CAVALCANTE DE MEDEIROS

JAILSON DO NASCIMENTO LIMA